

# Educação profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais<sup>a</sup>

Professional education, research and learning in the territory: notes on the experience of occupational therapists training

Educación profesional, investigación y aprendizaje en el territorio: notas sobre la experiencia de formación de terapeutas ocupacionales

Roseli Esquerdo Lopes\*  
Ana Paula Serrata Malfitano\*\*  
Carla Regina Silva\*\*\*

Patrícia Leme de Oliveira Borba\*\*\*\*  
Michelle Selma Hahn\*\*\*\*\*

**RESUMO:** O presente estudo explora a utilização de experiências de terapia ocupacional como estratégias para apreender a realidade social, realizar formação acadêmica e desenvolver pesquisas e reflexões sobre o fomento de tecnologias de cuidado no campo social, com enfoque no fortalecimento das redes sociais de suporte de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social e/ou de desfiliação. Isso se coaduna ao que propõem os padrões de formação da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais, especialmente no que se refere à sua necessária relação com toda a sociedade, dando visibilidade às possibilidades de contribuição da área no que tange ao bem-estar social das pessoas em suas comunidades. Objetiva-se discutir a formação de estudantes de graduação e de pós-graduação, bem como intervenções que apontem o papel técnico-ético-político dos profissionais no enfrentamento de problemáticas sociais contemporâneas. Para tanto, trabalha-se a partir de programas de ação que se encontram no campo da infância e, principalmente, da juventude brasileira, em suas interfaces com a questão social. Constata-se que a terapia ocupacional tem contribuições efetivas, enquanto núcleo de especificidade profissional, para a intervenção na dimensão territorial, para o desenvolvimento da convivência, para a superação da abordagem calcada na dimensão clínica/individual, respeitando as singularidades dos sujeitos, tendo como pressupostos os princípios concernentes à busca do exercício radical da democracia e dos direitos decorrentes da cidadania.

**PALAVRAS-CHAVE:** Terapia Ocupacional - educação profissional. Terapia Ocupacional - formação. Terapia Ocupacional - ações sociais.

**ABSTRACT:** We approach here occupational therapy experiences as strategies to understand social reality, to offer academic training and to develop research and reflections to promote care technologies in the social field, with a focus on strengthening social support networks of population groups in situation of social vulnerability and/or disaffiliation. That is harmonized with the proposal of training standards of World Federation of Occupational Therapists, mainly regarding the necessary engagement with the entire society, making visible the possibilities of contribution from the area to the social welfare of people in their communities. The goal is to discuss the training of undergraduate and graduate students as well as interventions that emphasize the technical-ethical-political role of professionals before contemporary social problems. For doing this, one works mainly from programs for helping Brazilian children and youngsters, in their interfaces with social questions. We observed that occupational therapy has effective contributions as a nucleus of professional specificity for intervention in the territorial dimension, for the development of conviviality, overcoming an approach centered in the clinical/individual dimension, respecting subjects' singularity, from the principles concerning the search of the radical exercise of democracy and rights coming from citizenship.

**KEYWORDS:** Occupational Therapy - professional training. Occupational Therapy - training. Occupational Therapy - social actions.

**RESUMEN:** Se trata de la utilización de experiencias de terapia ocupacional como estrategias para comprender la realidad social, realizar formación académica y desarrollar investigaciones y reflexiones a cerca del fomento de tecnologías de cuidado en el campo social, con un enfoque en el fortalecimiento de las redes sociales de soporte de grupos poblacionales en situación de vulnerabilidad social y/o de desfiliação. Eso se armoniza con la propuesta de los estándares de formación de la Federación Mundial de Terapeutas Ocupacionales, principalmente en cuanto a su necesaria relación con toda la sociedad, dando visibilidad a las posibilidades de aporte del área al bienestar social de las personas en sus comunidades. La meta es discutir la formación de estudiantes de graduación y de posgrado, así bien intervenciones que destaquen el rol técnico-ético-político de los profesionales en lo enfrentamiento de problemáticas sociales contemporâneas. Para hacerlo, se trabaja a partir de programas de acción del campo de la infancia y principalmente de la juventud brasileña, en sus interfaces con la cuestión social. Se constata que la terapia ocupacional tiene aportes efectivos en cuanto núcleo de especificidad profesional para la intervención en la dimensión territorial, para el desarrollo de la convivencia, para la superación del acercamiento centrado en la dimensión clínica/individual, respetando las singularidades de los sujetos, a partir de los principios concernientes a la búsqueda del ejercicio radical de la democracia y de los derechos resultantes de la ciudadanía.

**PALABRAS-LLAVE:** Terapia Ocupacional - educación profesional. Terapia Ocupacional - formación. Terapia Ocupacional - acciones sociales.

a. Articulações iniciais deste texto foram apresentadas no *XI Encontro Nacional de Docentes de Terapia Ocupacional*, ocorrido em setembro de 2008, na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; parte desta versão final foi apresentada em comunicação oral no *XV Congresso da Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais*, realizado no Chile, em maio de 2010.

\* Doutora em Educação. Professora Associada do Departamento de Terapia Ocupacional e dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Coordenadora do Núcleo UFSCar do Projeto METUIA. E-mail: roesquerdo@terra.com.br

\*\* Doutora em Saúde Pública. Professora Adjunta do Departamento de Terapia Ocupacional e do Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional da UFSCar. Membro do Núcleo UFSCar do Projeto METUIA.

\*\*\* Mestre em Educação. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Professora Assistente do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar. Membro do Núcleo UFSCar do Projeto METUIA.

\*\*\*\* Mestre em Educação. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSCar. Membro do Núcleo UFSCar do Projeto METUIA.

\*\*\*\*\* Doutora em Ciências Médicas. Professora Voluntária do Departamento de Terapia Ocupacional da UFSCar.

## Introdução

A Federação Mundial de Terapeutas Ocupacionais (WFOT), organização internacional para a promoção e desenvolvimento da terapia ocupacional, foi fundada em 1952, com apenas dez países – África do Sul, Austrália, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Índia, Israel, Nova Zelândia e Suécia. Atualmente, conta com 66 países membros, estando o Brasil efetivamente filiado desde 1994, apesar de ter sido membro associado desde a década de 1970, por meio da Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais – ABRATO. Para efeito organizacional, os países estão divididos em quatro grandes “subregiões”, que não obedecem apenas a critérios geográficos formais, mas também a um sistema de agregação por afinidades (idiomas, processo de auxílio na implantação da profissão), funcionalidade e disponibilidade de envolvimento de profissionais. Essas regiões são: Ásia-Pacífico, África, Europa e Américas, que congregam países da América do Sul e Central, México, Estados Unidos e Canadá.

A WFOT, para alcançar os objetivos propostos em sua missão, conjuntamente e por meio dos delegados representantes de cada país filiado, possui quatro comissões de trabalho: Promoção e Desenvolvimento, Padrões de Qualidade, Cooperação Internacional e Educação e Pesquisa, que desenvolvem vários projetos de curto, médio e longo prazos. Um deles, de longo prazo, é o de Revisão dos Padrões Curriculares Mínimos para programas de formação profissional, da Comissão de Educação e Pesquisa.

Desde a época de sua fundação, houve o reconhecimento da necessidade de se estabelecer orientações para a formação e capacitação por meio de processos de educação formal de terapeutas ocupacionais,

que fossem viáveis e aceitos internacionalmente. Uma vertente destacada é a necessidade de formação por meio da prática sob supervisão, durante a qual as atividades práticas específicas deverão ser desenvolvidas gradualmente, do início ao final do curso, devendo possuir complexidade crescente, desde a observação até a prática assistida.

Após várias revisões, a versão atual dos *Standards for the education of occupational therapists* foi sistematizada em 2002 e se encontra em fase de implantação e implementação, desde então<sup>1</sup>.

A proposta de revisão dos padrões curriculares mínimos mundiais foi repensada e construída a partir de três aspectos principais, que estão intrinsecamente relacionados: em relação ao aspecto profissional, deve-se promover, com consistência, a prática da pesquisa como uma forma de padrão de qualidade para o exercício da terapia ocupacional; em relação à sociedade como um todo, faz-se necessário dar uma maior visibilidade às possibilidades de contribuição da terapia ocupacional aos sistemas de saúde e previdência das comunidades em níveis local, nacional e internacional, devendo ir ao encontro das expectativas de qualidade de vida e bem-estar social das pessoas; em relação ao aspecto educacional, deve-se garantir a manutenção de diretrizes e padrões comuns mundialmente<sup>2</sup>.

O objetivo de um projeto de curso deve estar centrado em novas possibilidades de oferta de experiências educativas para os estudantes, que lidem com as questões populacionais em relação à promoção e aos cuidados de saúde primários, desenho ambiental e acessibilidade universal, abordagens comunitárias individuais e grupais, e que, também, mantenham as abordagens mais clássicas e tradicionais da profissão, como

as intervenções em reabilitação e habilitação, desenvolvimento e treinamento de funções prejudicadas em relação às atividades de vida diária e vida prática<sup>2</sup>.

Os conhecimentos desenvolvidos devem aliar saberes locais a internacionais e ser capazes de articular necessidades sociais, de saúde e de desenvolvimento, bem como os avanços produzidos. Objetiva-se a educação profissional de sujeitos que relacionem sua ação específica à sociedade em geral e que se reconheçam as possíveis contribuições da terapia ocupacional no que tange ao bem-estar social das pessoas em suas comunidades.

Na sociedade brasileira, assim como na realidade de muitos países, a constituição sócio-histórica desenha padrões de desigualdades sociais relevantes, que marcam grande parte de sua população. Embora, em uma análise histórica, percebam-se melhoras importantes nos padrões de educação e saúde, a renda *per capita* do cidadão brasileiro tem caído, dificultando avanços em índices de acompanhamento do bem-estar da população no País<sup>3</sup>.

Assim, a realidade das questões sociais confronta-se com as intervenções profissionais ofertadas, sendo que se apresentam demandas específicas para diversos trabalhadores sociais, com o intuito de que eles ensaiem respostas às questões locais e possam contribuir, efetivamente, com aqueles grupos populacionais para os quais dedicam suas ações.

O terapeuta ocupacional tem lidado, na sua prática cotidiana, com problemáticas sociais concernentes aos sujeitos com quem trabalha, bem como tem se ocupado com outras situações presentes na sociedade contemporânea e, a partir daí, com a possibilidade de criação de novas tecnologias de cuidado para populações específicas, que apresentem suas necessidades circunscritas na esfera social.

O campo social requer uma leitura da realidade e da problemática expressa pela pessoa que só se alcança por um recorte metodológico específico, que seja capaz de revelar e interagir com aquilo que se oculta em manifestações que, apenas de forma superficial e reducionista, podem ser vistas como restritas ao indivíduo. É preciso trabalhar e desenvolver instrumentos para a interpretação da realidade pessoal-social e, também, metodologias para a atuação em um universo complexo de interações e interconexões<sup>4</sup>.

O cotidiano de trabalho nesse campo traz demandas específicas de educação profissional e de investigação, que precisam integrar os cursos de graduação e de pós-graduação e as pesquisas realizadas na área. Na medida em que o campo social se configura enquanto espaços que requerem intervenção, como consequência de questões sociais de crescente relevância no mundo contemporâneo, é necessário pautá-lo, também, pelo escopo da terapia ocupacional.

Nessa direção, o Projeto METUIA<sup>b</sup> – Grupo interinstitucional de estudos, formação e ações pela cidadania de crianças, adolescentes e adultos em processos de ruptura das redes sociais de suporte – foi criado em 1998, por docentes da área de terapia ocupacional de três universidades brasileiras, com a proposta de desenvolver projetos no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão em terapia ocupacional social. Entre as atividades mais importantes que o Projeto METUIA vem realizando, temos os programas de intervenção de terapia ocupacional em suas interconexões com os setores da assistência social, da cultura, da educação e, também, com o da saúde. Ao longo desses mais de dez anos, vários

projetos têm sido implementados por docentes, profissionais e estudantes de terapia ocupacional, nos diferentes núcleos do METUIA<sup>5</sup>. A intervenção efetivada decorre de projetos de extensão universitária e das parcerias estabelecidas, vindo a acontecer em espaços públicos, espaços comunitários e instituições sociais, como escolas, abrigos, centros comunitários e outras organizações sociais que atendem a populações em processo de ruptura de redes sociais de suporte.

Compreendemos, do ponto de vista sociológico, os processos de ruptura das redes sociais de suporte, conforme proposto por Castel<sup>6</sup>, como fenômenos que atingem os indivíduos na dimensão do trabalho e da rede de proteção pessoal e social, num movimento crescente de crise do trabalho assalariado, frente à ordem econômica, assim como de isolamento pessoal e queda dos aportes coletivos, enquanto resultado de uma reconfiguração cultural. Dessa maneira, intervenções que se direcionem ao mundo do trabalho são fundamentais para lidar com essa nova ordem; mas não só. Faz-se necessária, igualmente, a constituição de ações que fortaleçam as redes pessoais e sociais dos sujeitos.

Para tanto, é preciso a implementação de políticas sociais que se debruçam sobre essa demanda e que se dediquem às questões da inclusão/inserção social, da convivência, do acesso aos bens sociais e da participação autônoma de todos. Para que tais ações sejam concretizadas, é exigida a presença de profissionais habilitados, dentre eles o terapeuta ocupacional, que compreendam o campo social como esfera de seu trabalho e espaço de desenvolvimento de conhecimento e tecnologias próprios.

Buscando contribuir nessa direção, temos constituído experiências que visam à aplicação de parâmetros consensuados na terapia ocupacional para a educação profissional, conforme a WFOT, na perspectiva de realização de uma educação aprofundada nos conhecimentos humanísticos e no desenvolvimento de uma capacidade crítica, projetando intervenções calcadas em aspectos técnicos, éticos e políticos. Trata-se da realização efetiva, no ambiente universitário, do conceito de “educação” (“*education*”), em contraposição ao de “treinamento” (“*training*”), objetivando a formação de recursos humanos mais autônomos e hábeis para operar as complexas problemáticas contemporâneas apresentadas. Em concordância com Esdaile, Roth<sup>7</sup>, é essencial um enfoque educacional, pois o caráter hoje predominante de uma abordagem centrada no treinamento não sustenta a autonomia profissional e, ainda, limita o desenvolvimento da profissão.

Trazemos, aqui, nossa experiência de educação profissional e de realização de pesquisas no campo social junto ao público de crianças e, principalmente, a jovens brasileiros, com o intuito de refletir sobre as possibilidades de ações no território e as modalidades de formação teórico-prática que vimos aplicando nessas experiências.

### **Estar em Campo: notas de uma experiência coletiva**

As universidades públicas brasileiras têm como função primordial, conforme sua Constituição<sup>8</sup>, o exercício indissociável de atividades de pesquisa, ensino e extensão. As atividades de extensão são compreendidas como aquelas desenvolvidas junto à sociedade, com o intuito de

b. METUIA: palavra da língua nativa indígena brasileira, da comunidade bororo, que significa ‘amigo, companheiro’.

se aplicar o conhecimento teórico na prática real e, ao mesmo tempo, de aprender com essa realidade que deve ser, também, apreendida, visando à troca e à democratização de saberes. Busca-se, como consequência, respostas às demandas suscitadas pelo desejo permanente de aperfeiçoamento sociocultural e profissional gerado pelos próprios cursos de graduação e pós-graduação, e, mais amplamente, pela sociedade.

Freire<sup>9</sup>, no âmbito da discussão sobre a terminologia “extensão” e de seu posicionamento sobre uma postura ativa e de reciprocidade de todos os atores em uma relação dialógica, propõe a utilização da palavra “comunicação”. Para esse autor, a teoria e a prática não se separam, pois toda reflexão ressalta a teoria, sem a qual a ação não é verdadeira. Sendo assim, impõe-se que se tenha uma clara e lúcida compreensão da ação realizada, que envolve uma teoria, a qual ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma realidade da qual se apropria<sup>9</sup>.

Nessa perspectiva, e consoantes aos parâmetros estabelecidos de formação prática de profissionais, consideramos o território comunitário como espaço privilegiado de realização de ações, que, embasadas teoricamente, se direcionem, entre outras funções, para a educação profissional de terapeutas ocupacionais.

O território pode ser definido como a delimitação geográfica de uma dada região, ocupada por uma comunidade, incluindo, em seu conceito, necessariamente, a constituição histórica local e as relações socioeconômicas e culturais ali desenvolvidas. No território, observam-se diferentes formas de vida, de realização de trocas sociais<sup>10</sup>.

Na formação de técnicos para o campo social, com enfoque em ações no território, são preconizadas

práticas e princípios interdisciplinares e intersetoriais que valorizem e estabeleçam a conexão entre saúde, assistência social, cultura e educação, com profissionais que se dediquem ao enfrentamento das grandes situações de vulnerabilidade vivenciadas no contexto brasileiro, de extrema desigualdade social, para o que se faz necessária uma competência técnica, ética e política. Essa dimensão é construída na medida em que se reflete e se teoriza acerca das práticas concretizadas no cotidiano de trabalho. Tais ações estão impregnadas de valores morais, culturais e de classe, por regras de condutas, que devem ser discutidos e problematizados na perspectiva de uma intervenção no contexto social que, efetivamente, trabalhe na direção da maior autonomia dos sujeitos, sejam eles indivíduos ou grupos. Assim, buscamos fundamentar as ações em novos conceitos, visando, como fim, à discussão de direitos e à busca da cidadania plena para todos.

A partir das experiências desenvolvidas, e em desenvolvimento, temos implementado projetos que possibilitam a prática extensionista na Universidade; a coleta de materiais para pesquisas, que vêm sendo realizadas em diferentes níveis: graduação e pós-graduação (mestrados e doutorados); e, ainda, a formação de terapeutas ocupacionais.

Trabalhamos com intervenções no campo social direcionadas a grupos em situação de vulnerabilidade social e de *desfiliação*, ou seja, de dupla fragilização social<sup>6</sup>, com o intuito de criar novas tecnologias de cuidado que se traduzam na ampliação de suas redes sociais de suporte, buscando, pelo menos, amenizar os fatores de vulnerabilidade aos quais estão expostos crianças e jovens nas cidades brasileiras, com vistas à sua maior autonomia e inserção social.

Essas experiências visam, também, a aglutinar materiais que se

traduzam em produção de conhecimento sobre essa realidade e em parâmetros acerca das possibilidades de intervenção, bem como para a formação de recursos humanos com base numa atuação direcionada para a dimensão territorial, para o desenvolvimento da convivência, para a superação da abordagem calcada na dimensão clínica/individual, respeitando, todavia, as singularidades dos sujeitos, tendo como pressupostos os princípios concernentes à busca do exercício radical da democracia e dos direitos e deveres decorrentes da cidadania.

Tendo por base esses referenciais, assume-se o desafio de criação de metodologias participativas de intervenção com uma determinada parcela da população brasileira: os jovens de grupos populares urbanos. Tal escolha não se faz de modo aleatório. Trata-se de uma temática complexa, para a qual há um pequeno acúmulo de experiências, sobretudo daquelas direcionadas para a produção de tecnologias sociais que se dediquem à criação de espaços de participação democrática e que ampliem a rede de sociabilidade e possibilidades daqueles jovens, na direção de, concretamente, envolvê-los numa atenção personalizada que tenha como parâmetro a possibilidade de construção de perspectivas de futuro, a partir da autonomia do sujeito envolvido.

Assim, as experiências que temos desenvolvido buscam apreender, discutir e oferecer subsídios para políticas públicas direcionadas aos jovens pobres no Brasil.

### **Crianças, adolescentes e jovens brasileiros: entre a realidade da desigualdade social e o legado do direito**

O Brasil é composto, atualmente, por uma população de 0 a 29 anos de, aproximadamente, 109

milhões de pessoas, o que representa cerca de 60% de sua população, sendo, portanto, um contingente absolutamente relevante<sup>11</sup>.

O estado de vulnerabilidade social, como já apresentado, é uma categoria capaz de descrever a situação de uma grande parcela da população brasileira. São diversos os fatores que confluem para a dissociação social. A extrema desigualdade, a migração para os grandes centros urbanos, a precariedade de moradia, as características históricas da formação da família nuclear brasileira, em um contexto de precarização do trabalho, levam, muitas vezes, a uma situação de rupturas da participação e da coesão social. Nessa concepção, é preciso desenvolver estratégias e ações que promovam os direitos e a participação decorrentes da cidadania de grupos sociais específicos: pessoas em situação de rua, idosos sem recursos, chefes de família monoparentais, especialmente mulheres sem proteção, sem-terra, sem-teto, operários sem empregos, adolescentes e jovens pobres e outros. Para isso, é igualmente fundamental criar estratégias para fortalecer as redes sociais de suporte, evitando rupturas trazidas por situações nas quais a vulnerabilidade já está presente<sup>12</sup>.

A história de atenção a crianças e adolescentes de grupos populares no Brasil percorre uma trajetória histórica do assistencialismo ao direito, na qual o modelo europeu de assistência às famílias, notadamente o modelo francês<sup>13</sup>, norteou moralmente as ações realizadas e, em muitas situações, continua a se configurar como sua base. A proposição do “fazer o bem ao próximo”, sem que se discutam as causas dessa problemática e, nem mesmo, as ações necessárias que demandam, cria uma cultura da dádiva e da benemerência, na qual a cidadania é concedida e configurada pela subserviência, associando à dimensão

do “favor”, que tem regido historicamente as relações de cidadania no Brasil<sup>14</sup>.

Somente com a Constituição Brasileira de 1988, com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei de 1990, e com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, de 1989 (ratificada pelo Brasil em 1990), foi que se introduziu no Brasil, em seu ordenamento jurídico, um novo paradigma inspirado pela concepção da criança e do adolescente como verdadeiros sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento. Esse novo paradigma apoia-se na doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente. Consagra-se, desse modo, uma lógica que assegura a prevalência e a primazia do interesse superior da criança e do adolescente.

Sob a perspectiva dos direitos humanos, tanto a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, como a Constituição Brasileira e o ECA, traduzem uma visão integral dos direitos das crianças e dos adolescentes, contemplando a indivisibilidade desses direitos, sua implementação recíproca e a igual importância de todos eles, sejam civis, políticos, sociais, econômicos ou culturais, consagrando a criança e o adolescente como cidadãos. No entanto, apesar da clareza dos comandos normativos nacionais e internacionais em atribuírem direitos às crianças e aos adolescentes, testemunhamos, no Brasil, um padrão de desrespeito com relação a essa população, principalmente para com aqueles oriundos das camadas mais pobres. Destacam-se, com relação a violações aos direitos humanos das crianças e adolescentes, no Brasil, segundo organizações internacionais que se dedicam à sua defesa: a) a violência, o abuso e a exploração sexual; b) o trabalho infantil; e c) o tratamento do adolescente em conflito com a lei<sup>15</sup>.

Portanto, faz-se necessário o fortalecimento e a implementação de ações que se dediquem à promoção dos direitos das crianças, dos adolescentes e dos jovens em situação de vulnerabilidade. Daí decorre a importância do investimento em pesquisas e intervenções que reconheçam e lidem com essas complexas questões, de maneira a produzir subsídios e tecnologias sociais para políticas públicas eficazes na promoção da diminuição das desigualdades, da discriminação e da violência a que está sujeita a maioria das crianças, adolescentes e jovens de grupos populares urbanos no Brasil, produzindo, nesse âmbito, direitos e ampliação da cidadania<sup>14</sup>. Faz-se preciso, ainda, a educação profissional de sujeitos que estejam aptos para o enfrentamento dessas complexas questões.

### **Intervenção com jovens em comunidades pobres: relacionando violência e direitos**

No contexto atual de violação de direitos da infância e da juventude brasileiras, vale destacar a discussão acerca das violências e suas múltiplas interfaces.

Embora não exista um consenso entre os teóricos sobre o conceito da violência, e haja uma compreensão ampliada desse fenômeno na atualidade, utiliza-se aqui a definição da Organização Pan-Americana da Saúde, para a qual a violência pode ser definida como o uso deliberado da força física ou de poder, seja em grau de ameaça ou efeito contra si mesmo, com outra pessoa, um grupo ou uma comunidade, que cause ou tenha muitas probabilidades de causar lesões, morte, danos psicológicos, transtornos do desenvolvimento ou privações. Compreendendo como violência a autoagressão, a interpessoal e a coletiva<sup>16</sup>.

Em relação aos adolescentes e jovens, sobretudo aqueles de grupos populares, a violência tem se tornado constante e banalizada quando colocada em discussão, uma vez que têm sido tantos os eventos, que se torna cotidiano e corriqueiro apontar situações de violência envolvendo adolescentes e jovens no Brasil. Inúmeros dados têm demonstrado que esses jovens se encontram em situação de maior vulnerabilidade à violência, sendo essa considerada um grave problema para a saúde pública no Brasil e constituindo-se na principal causa de morte de adolescentes<sup>17</sup>.

A violência torna-se, emblematicamente, uma questão complexa e urgente em relação à vulnerabilidade dos adolescentes e jovens. Dados atuais, que relacionam juventude e violência, apontam para essas análises. Segundo Waiselfisz<sup>18</sup>, a estrutura de mortalidade é notadamente diferenciada entre os jovens e os não-jovens. Enquanto as causas naturais (doenças) são responsáveis por 27,2% das mortes entre os jovens, no grupo não-jovem representam mais de 90,2% das causas de mortalidade. Já as causas externas, que na população não-jovem respondem por 9,8% dos óbitos, são responsáveis por 72,8% da mortalidade entre os jovens. Essas causas externas englobam acidentes de transporte, homicídios e suicídios, sendo que esses últimos, de forma isolada, são responsáveis por mais de 61,3% das mortes dos nossos jovens.

Essas práticas de violência socialmente produzidas, que, notoriamente, violam direitos sociais, são vivenciadas, cotidianamente, por adolescentes e jovens pobres no Brasil, demonstrando um instituído viés de classe no qual a relação social é estabelecida entre periculosidade e classe social, constituindo um imaginário que estigmatiza essa população.

Optamos pela designação do conceito de vulnerabilidade, pois revela a forma como olhamos para esses sujeitos. Esses jovens, além de vulneráveis na sua condição de inserção social, vivenciam o contexto das periferias urbanas com as consequências que esse ambiente possibilita em termos de condições de trabalho, de estudo, de espaços de circulação. No que se refere ao universo do trabalho, é fato que os adolescentes pobres vivem duplamente a precariedade do trabalho, uma vez pela experiência das instáveis condições de (não) trabalho de seus pais (em sua maioria, as famílias pobres têm sido chefiadas por mulheres/mães), assim como devido a eles mesmos, já que também se deparam com as dificuldades de inserção no mercado e, na medida em que conseguem, incluem-se em subempregos, bicos, trabalhos esporádicos. Por sua vez, em relação aos estudos, esses jovens, apesar de constitucionalmente poderem ter acesso e direito a uma vaga na escola pública, não têm garantida, *a priori*, sua permanência nesse espaço.

Por esses motivos, elegemos a escola pública e a ação territorial como espaços de intervenção, visando à estruturação de ações coletivas alicerçadas na busca do pleno desenvolvimento social dos jovens de grupos populares urbanos. Objetiva-se a discussão das intervenções sociais, considerando-se as características, os problemas e as necessidades concretas da população com a qual se trabalha, e, além disso, do papel social que as atividades podem propiciar, por meio da intervenção do terapeuta ocupacional, como instrumento de autonomia e de reconstituição de histórias e contextos.

Desde 2005, desenvolvemos as atividades no município de São Carlos, cidade localizada na área central do Estado de São Paulo (estado brasileiro com maior aporte de

recursos econômicos), com, aproximadamente, 215 mil habitantes. O bairro onde realizamos a intervenção caracteriza-se por ser uma região empobrecida e periférica da cidade, necessitando de infraestrutura e cuja rede pública e privada de serviços é precária para atender aos cerca de 15.200 habitantes locais.

As ações desenvolvidas pautam-se pela intervenção interdisciplinar e intersetorial, por meio de três eixos bases, descritos a seguir, com seus objetivos respectivos:

a) *Violência Escolar e Ações Pedagógicas:*

- fomentar as ações político-pedagógicas acerca da violência escolar, capacitar os profissionais envolvidos com o trabalho de enfrentamento às violências escolares, realizar levantamentos específicos de índices dessa problemática na escola e, ainda, oferecer suporte para cada escola parceira nos casos de violência escolar;
- fomentar as ações político-pedagógicas relacionadas à participação e à efetiva inserção dos jovens de grupos populares urbanos nas escolas, seja para aqueles que a frequentam, ou para aqueles que a abandonaram.

b) *Violência Urbana e Território:*

- realizar intervenções com adolescentes, jovens e suas famílias sobre a temática da violência, as oportunidades e as perspectivas de vida autônoma por meio da participação e da reivindicação sob bases democráticas;
- facilitar a realização de grupos de discussão e formação dos profissionais atuantes nos equipamentos sociais parceiros;
- produzir material de apoio e divulgação com relação à temática da própria comunidade.

c) *Violação de Direitos e Articulação da Comunidade:*

- realizar levantamento dos tipos de violência e os agentes envolvidos, produzir banco de dados que auxilie nas proposições de políticas públicas e nas ações do próprio programa e, ainda, capacitar os profissionais das áreas correlatas para identificação, orientação e prevenção de violências;
- promover intervenções pautadas pela articulação entre os equipamentos de referência para os adolescentes e jovens de grupos populares urbanos daquela comunidade, buscando criar estratégias de respostas às demandas individuais e coletivas, favorecendo e fortalecendo os espaços públicos existentes.

As estratégias de intervenção lidam com a qualificação dos jovens por meio de uma escuta individualizada e de uma aproximação efetiva. Essa mediação é realizada nas Oficinas de Atividades, durante as quais passamos a intervir por meio de diferentes recursos: jogos interativos, rodas de conversa, músicas, criação de paródias, leitura de imagens, fotografia, vídeo (elaboração e/ou fruição de documentários), construção de textos, de esquetes, de apresentações culturais, debates, dinâmicas de trocas de informações, entre outros.

Esses recursos são comumente selecionados tendo como parâmetro a temática que se deseja focalizar: situações de violência, sexualidade, drogas, cidadania e direitos, política, trabalho, questões históricas sobre violações e conquistas de direitos, entre outros. O recurso da atividade nos permite um contato aproximado com os jovens, a partir do qual se torna possível aprofundar a leitura das necessidades individuais e cole-

tivas; também promove um maior contato e convivência entre os próprios jovens; proporciona, ainda, a experimentação de um espaço prazeroso de sociabilidade e trocas que pode extrapolar o espaço físico da Oficina e transcender para os contextos que os cercam<sup>19</sup>.

Um dos recursos priorizados para o trabalho é o audiovisual, o qual se apresenta como um importante instrumento de diálogo com o universo juvenil. A imagem é o recurso intermediário catalisador, utilizado nas oficinas por possibilitar ao adolescente a percepção de si e de seu local de pertencimento e por facilitar a aproximação, favorecendo à formação do vínculo. Esse vínculo permite ao profissional oferecer novas possibilidades de vivências e de cotidiano para aquele que se encontra em situação de vulnerabilidade social. Para que esses aspectos sejam alcançados, ressaltamos a necessidade de se trabalhar numa perspectiva de participação juvenil, que vislumbre no adolescente e no jovem os principais interventores de sua vida.

Ao longo de todas as experiências, temos nos baseado em uma metodologia de ensino-aprendizagem que conjuga o binômio 'teoria-prática'. Dessa forma, toda a equipe de trabalho, para além da dedicação ao campo de intervenção, participou de encontros semanais para supervisão, planejamento das atividades e grupo de estudo, sendo que, nesse último, buscou-se o aprofundamento teórico de temas condizentes ao campo e que não foram trabalhados no currículo de educação profissional.

Essas experiências puderam alavancar e dar sustentação a um trabalho coeso e que tem sido reconhecido no campo da escola pública, mas, principalmente, na ação territorial junto a uma região pobre da periferia da cidade.

## Considerações Finais

O desenvolvimento desses projetos nos oferece importantes elementos e indicadores, assim como fortalece os pressupostos teóricos do direcionamento que as abordagens e metodologias empregadas na ação com adolescentes e jovens devem conter: condições para a promoção e apropriação de direitos, para a construção de relações de respeito e para o exercício de autonomia. Todavia, dadas as enormes desigualdades sociais enfrentadas no nosso País, somos, enquanto técnicos e pesquisadores, conscientes da limitação e da pontualidade de nossas intervenções num contexto de extensão universitária.

Na utilização de atividades extensionistas como estratégias de ensino, visualizamos a viabilização da formação profissional por meio de experiências que partam da sensibilização para a intervenção com um olhar comprometido com a questão social, bem como habilitem o graduando para ações voltadas ao território, com competência para a promoção de redes sociais de suporte para a população juvenil.

Por se caracterizar como uma esfera de interface, apresentando uma diversidade de núcleos a serem desenvolvidos por diferentes áreas, o campo social tem demandado pessoas qualificadas que se dediquem a intervenções em seu contexto. São contratados profissionais de saúde, educação, cultura, ciências humanas e sociais, entre outros, aos quais se solicitam diferentes contribuições na composição da chamada equipe multidisciplinar. Porém, a formação de grande parte dos profissionais não prevê suportes para sua atuação enquanto operadores sociais e encontra-se, na absoluta maioria das vezes, calcada em apenas um aspecto de intervenção, não se direcionando para a dimensão territorial, da con-

vivência, da superação da clínica e da manutenção das singularidades de cada história.

Como dito anteriormente, a formação de operadores/técnicos para o campo social pressupõe práticas e princípios interdisciplinares e intersetoriais, que valorizem e estabeleçam a conexão entre saúde,

assistência social, justiça, cultura e educação, demandando profissionais que se dediquem ao enfrentamento das grandes situações de vulnerabilidades vivenciadas no contexto brasileiro, de extrema desigualdade social, para o que se faz necessária uma competência técnica, ética e política.

Em nossa experiência, essa dimensão é construída na medida em que se reflete e se teoriza acerca das práticas concretizadas no cotidiano, a partir do melhor entendimento das múltiplas dimensões das temáticas portadas pelos 'fazer' dos projetos.

---

## REFERÊNCIAS

1. WFOT. World Federation of Occupational Therapy. Revised minimum standards for the education of occupational therapists – second version. 2002 [cited 01 Ago 2002]. Available from: <http://www.wfot.org.au>
2. Lopes RE, Hahn MS. The education of Occupational Therapists in Brazil: history and perspectives. WFOT Bulletin. 2004;49:24-32.
3. UNDP. United Nations Development Programme Human Development Report. New York: UNPD; 2005.
4. Barros DD, Ghirardi MIG, Lopes RE. Terapia Ocupacional Social. Rev Ter Ocup Univ São Paulo. 2002;13(3):95-103.
5. Barros DD, Lopes RE, Galheigo SM, et al. Projeto Metuia - Terapia Ocupacional no Campo Social. Mundo Saúde. 2002;26(3):365-9.
6. Castel R. Da indignação à exclusão, a desfiliação: precariedade do trabalho e vulnerabilidade relacional. In: Lancetti A, organizador. SaúdeLoucura 4. São Paulo: Hucitec; 1994. p. 21-48.
7. Esdaile SA, Roth LM. Education not training: the challenge of developing professional autonomy. Occup Ther Int. 2006;7(3):147-52.
8. Brasil. Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico; 1988.
9. Freire P. Extensão ou comunicação? 4a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra; 1979.
10. Oliver FC, Barros DD. Reflexionando sobre desinstitucionalización y terapia ocupacional. Materia Prima 1999. Primera Rev Independ Ter Ocup Argentina. 4(13):17-20.
11. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Banco de Dados Demográficos. Censo Demográfico e Contagem da População. 2007 [citado 01 Jun 2009]. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>
12. Lopes RE. Redes sociais de suporte. In: Park MB, Siero RE, Carnicel A, organizadores. Palavras-chave em educação não-formal. Holambra: Ed. Setembro; Campinas: Centro de Memória da Unicamp; 2007. p. 249-50.
13. Donzelot J. A polícia das famílias. 3a ed. São Paulo: Graal Editora; 2001.
14. Lopes RE, et al. Juventude pobre, violência e cidadania. Saúde Soc. 2008;17(3):63-76.
15. UNICEF. United Nations Children's Fund. Excluídos e invisíveis: situação mundial da infância. Brasília: UNICEF; 2005.
16. OPS. Organización Panamericana de la Salud. Informe mundial sobre la violencia y la salud: resumen. Washington: OPS; 2002.
17. Minayo MCS, Ramos E. Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2003.
18. Waiselfisz JJ. Relatório de desenvolvimento juvenil. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA): Instituto Sangari: Ministério da Ciência e Tecnologia; 2007.
19. Lopes RE, et al. Oficinas de atividades com jovens da escola pública: criação de metodologias participativas pautadas pela noção de cidadania. 2009. (digitado). Não publicado.

---

*Recebido em 8 de dezembro de 2009  
Aprovado em 3 de fevereiro de 2010*